

A iniciativa privada reclama: foi discriminada na Conferência de Saúde.

21 MAR 1986

O vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Carlos Alberto Ferreira, denunciou ontem que a VIII Conferência Nacional de Saúde — que se encerra hoje em Brasília — foi organizada previamente com o intuito de alijar a iniciativa privada e estatizar a saúde no País, entendendo por isso que este simpósio “não é o fórum mais adequado para se discutir a implantação de uma política de saúde para o País”.

A federação, que se recusou a participar da conferência por considerar-se completamente discriminada, irá expor suas teses num simpósio das entidades não governamentais que se realizará em São Paulo no princípio de setembro. Disse o vice-presidente da FBH que a VIII conferência foi montada de tal forma que a iniciativa privada não teria a menor chance de defender o papel de livre empresa na área da saúde, nem denunciar o desvio de recursos destinados às ações integradas de saúde para outras finalidades totalmente alheias ao setor, como vem ocorrendo.

Ele denunciou também que as ações integradas de saúde estão sendo implantadas exclusivamente com recursos da Previdência Social, não havendo a menor correspondência por parte dos demais ministérios da área social nem dos Estados e municípios que na prática são os maiores beneficiados. Isto a Federação Brasileira de Hospitais acha um grande erro e pretendia denunciar na conferência, caso seus organizadores tivessem acatado a proposta da entidade de destinar igualmente 33% das vagas de delegados para o governo, usuários e setor privado. Para a FBH foram destinadas apenas 12 vagas, dentre as 75 reservadas para os prestadores de serviços de saúde da iniciativa privada, número que os representantes da federação consideraram “uma verdadeira brincadeira”, diante da alta representatividade do setor privado na área de saúde.

Financiamento

No penúltimo dia da conferência, o assessor do ministro da Previdência Social e

sociólogo da Unicamp, Pedro Luiz Barros e Silva, e o economista do IBGE, André Medici, defenderam a criação de um orçamento social englobando todos os recursos destinados ao setor, a eliminação das deduções no imposto de renda para as pessoas jurídicas e a fixação de tetos para as pessoas físicas, com a consequente transferência destes recursos para o orçamento social.

Entendem os dois catedráticos — integrantes de uma comissão de especialistas, responsável pela reformulação do sistema previdenciário — que as deduções do IR são um privilégio e devem ser integralmente repassadas ao orçamento social caso seja criado pelo governo. Ao lado do orçamento social federal seriam criados, já em 87, orçamentos sociais estaduais e municipais para melhor controlar os recursos destinados ao setor, hoje completamente descontrolados.

Ao abordar a questão do financiamento do setor saúde, os dois professores defenderam a implantação de um sistema misto de contribuição para a Previdência Social, que incida mais sobre o lucro bruto das empresas de maior tecnologia e menor absorção de mão-de-obra, desonerando, em contrapartida, a folha de salários. Eles entendem que esta é a melhor forma de dar maior sustentação às finanças da Previdência e maior estabilidade à sua receita, hoje totalmente dependente da folha de salários e do comportamento da economia.

Disse Pedro Luiz que 60% das contribuições compulsórias para a Previdência incidem sobre as empresas que repassam esse custo à população, distorção que em seu entender precisa ser corrigida urgentemente através da mudança do atual sistema contributivo previdenciário. Com o tempo ele acha que poderia até haver redução da alíquota de contribuição dos empregados com desoneração progressiva sobre a folha de salários. A idéia ainda está em fase de teste, mas se depender do ministro da Previdência Social, será implantada ainda este ano, após aprovação pelo Congresso Nacional.